

**PARECER Nº 48/2018**

**PROJETO DE LEI Nº 16/2018**

**COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E TOMADA DE  
CONTAS E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA**

**RELATOR VEREADOR CLEUBER MICHIRRA**

### **RELATÓRIO**

De autoria da Mesa Diretora, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a revisão da renumeração dos servidores públicos da Câmara Municipal de Arinos e dá outras providências.

Essa revisão é de 2,07% (dois vírgula zero sete por cento), retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esse percentual corresponde ao somatório acumulado da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC –, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, relativo ao período de janeiro de 2017 a dezembro de 2017.

Publicada, a proposição foi encaminhada à análise preliminar da Comissão de Legislação e Justiça e de Redação, que concluiu por sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade, com a Emenda nº 1 então apresentada.

Vem agora o projeto a esta Comissão, para exame e parecer, conforme dispõe o art. 91, inciso II, “d”, do novo Regimento Interno.

Ressalte-se que, a Mesa Diretora, apresentou nesta Comissão, o Substitutivo nº 1 ao projeto em epígrafe.

Em síntese, o relatório.

## **FUNDAMENTAÇÃO**

De início, insta salientar que a revisão da remuneração dos servidores públicos é medida necessária para garantir o seu poder aquisitivo em virtude da desvalorização da moeda provocada pela inflação.

Conforme se observa, a revisão pretendida é de 2,07% (dois vírgula zero sete por cento), percentual esse que corresponde ao somatório acumulado da variação do INPC, apurado pelo IBGE, relativo ao período de janeiro de 2017 a dezembro de 2017.

Registre-se, ainda, que a Comissão de Legislação e Justiça e de Redação apresentou a Emenda nº 1 ao projeto em exame, com o objetivo de adequar o valor constante dos Níveis de Vencimento I e II do Anexo V da Lei nº 1.074, de 30 de junho de 2005.

É relevante ressaltar que a última revisão da remuneração dos servidores do legislativo municipal foi feita em 2015, pela Lei nº 1.466, de 5 de maio de 2015, no percentual de 6,22%, referente ao período de 2014. Nos anos seguintes, verificamos altos índices de inflação<sup>1</sup>, a saber:

- 11,27% - referente ao ano de 2015;
- 6,58 – referente ao ano de 2016;
- 2,07 – referente ao ano de 2017.

Da simples análises desses dados, verifica-se que há uma defasagem de 19,9% da remuneração dos servidores do legislativo.

---

<sup>1</sup> INPC

Visando regularizar, em parte, essa defasagem, a Mesa Diretora decidiu modificar o índice de recomposição de 2,07%, inicialmente proposto. Para tanto, apresentou nesta Comissão o Substitutivo nº 1, que propõe a recomposição com base no índice de inflação referente ao período de janeiro a dezembro de 2016, que é de 6,58%.

Registre-se que revisão da remuneração dos servidores encontra previsão no art. 26 da Lei de Diretrizes Orçamentárias ( Lei nº 1.505, de 20 de junho de 2017), bem como há, na Lei Orçamentária, dotação específica para atender às despesas em questão: **01.01.031.0001.2.002 – remuneração dos servidores da Câmara Municipal.**

Registre-se, ainda, que, conforme consta da estimativa de impacto orçamentário e financeiro anexo ao substitutivo apresentando, com a pretendida revisão em 6,58%, o percentual de gasto total com pessoal ( vereadores e servidores ) a ser comprometido no exercício financeiro de 2018 **será de 4,49% da receita corrente líquida do Município,** ou seja, está abaixo do limite máximo de gasto com pessoal do legislativo previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal ( art. 20, III, “a”), que é de 6%.

Ademais, levando-se em consideração apenas a receita da Câmara Municipal, verifica-se que o total da despesa com folha de pagamento no exercício de 2018, já inclusa a referida revisão, **será de 69,97%,** portanto, também está abaixo do limite previsto no art. 29-A, §1º, da Constituição Federal, qual seja, 70%.

Vale destacar, ainda, que o objeto da Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Legislação e Justiça e de Redação, está também abrangido pelo Substitutivo apresentado.

Diante disso, nota-se que a matéria em exame está em consonância com as normas relativas às despesas públicas.

### **CONCLUSÃO**

Em face do exposto, concluo pela aprovação do Projeto de Lei nº 16, de 2018, na forma do Substitutivo nº 1 apresentado pela Mesa Diretora.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2018.

Vereador CLEUBER MICHIRRA

Relator